

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.371 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2001



Valadares quer assegurar permanência dos fundos da Amazônia e do Nordeste

Plenário vota propostas para reduzir desequilíbrios regionais

Garantia de recursos para os fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e aumento do percentual de receitas tributárias para as regiões mais pobres estão na pauta de quarta-feira

O Plenário do Senado deve votar na quarta-feira duas propostas de emenda à Constituição que objetivam reduzir os desequilíbrios regionais. A primeira delas, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, torna os fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste permanentes na estrutura jurídica do país. A segunda, apre-

sentada pelo senador Ademir Andrade, aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As duas propostas, se aprovadas, serão submetidas ainda a votação em segundo turno e, depois, à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3



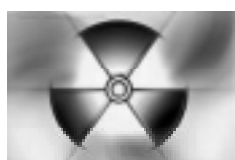
Ademir propõe aumento de recursos para financiamento do setor produtivo

Carlos Wilson pede punição rigorosa para responsáveis por obras públicas irregulares

Senador defende mudança na lei para que os culpados de irregularidades que provocam interrupção de projetos, prejudicando a população, sejam punidos “com cadeia”

PÁGINA 8

Carlos Wilson: indignação com irregularidades



CAS definirá normas para lixo radioativo

A Comissão de Assuntos Sociais votará na quarta-feira substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto que normatiza a seleção de locais, licenciamento, responsabilidade civil e fiscalização de depósitos para rejeitos radioativos.

PÁGINA 4



Dívida da Polônia em exame na CAE

A pedido do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Comissão de Assuntos Econômicos examina amanhã o recebimento antecipado de US\$ 3,4 bilhões de crédito junto ao governo polonês, dívida conhecida como “polonetas”.

PÁGINA 5



José Sarney é autor do projeto que cria cotas para negros no serviço público e universidades

CCJ debate a criação de cotas para negros

PÁGINA 4



Comissão deve discutir protecionismo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve votar amanhã requerimento do senador Ricardo Santos para a realização de audiência sobre as medidas protecionistas do governo norte-americano contra o aço brasileiro.

PÁGINA 5



Projeto garante Educação Física no ensino básico

Na reunião de amanhã, a Comissão de Educação pode votar parecer do senador Moreira Mendes ao projeto que torna explícito que a disciplina de Educação Física será obrigatória no currículo da educação básica.

PÁGINA 6

Mesa pode indicar hoje relator para o caso Jader

PÁGINA 2

Relator para o caso Jader pode ser indicado hoje

Mesa diretora recebeu parecer do Conselho de Ética recomendando abertura de processo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, comunicou que fará uma reunião da Mesa diretora na noite de hoje a fim de indicar o relator para o caso do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), segundo informou o primeiro-secretário, Carlos Wilson (PTB-PE). A Mesa recebeu na sexta-feira o parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recomendando a abertura de processo contra Jader por quebra de decoro, e terá 15 dias para analisar o pedido, podendo oferecer representação contra o senador denunciado ou arquivar a matéria.

Carlos Wilson e o vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), acreditam que a resposta da Mesa para o caso Jader deverá ocorrer já nesta semana. Eles concederam entrevista na sexta-feira analisando o assunto e disseram que o novo mandado de segurança impetrado por Jader Barbalho junto ao Supremo Tribunal Federal na noite da última quinta-feira não deverá atrasar o andamento do processo.

Lobão disse que o ideal é a escolha de um membro da Mesa di-



Edison Lobão e Carlos Wilson acreditam que resposta ao caso Jader ocorrerá ainda nesta semana

retora – composta por sete senadores – cujo partido não tenha maiores envolvimentos políticos com o caso, acrescentando que, em sua opinião, a indicação não deve recair sobre um senador do PFL – no caso, ele e Mozarildo Cavalcanti (RR) –, já que Romeu Tuma (PFL-SP) foi um dos autores do relatório.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de ser designado para a tarefa, Carlos Wilson afirmou que iria aceitar a indicação e que poderia relatar a matéria em um prazo médio de três dias, apesar de ressaltar a necessidade de análise acurada.

– Eu não comparo esse caso a nenhum outro – declarou o senador, ao ser indagado sobre a possibilidade de a Mesa não ter que emitir opinião sobre a matéria caso Jader Barbalho renuncie ao mandato.

Retificação

Diferentemente do que publicou o *Jornal do Senado* na página 5 de sua edição do dia 28 de setembro, *Quem tem medo de Virginia Wolf* é o título de uma peça teatral de autoria do dramaturgo Edward Albee.

Na mesma edição, o jornal publicou matéria à página 3 na qual informou incorretamente o partido do senador Ademir Andrade (PA), que é do PSB e não do PPS, conforme divulgado.



SEGUNDA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2001

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destinada a comemorar os 500 anos da descoberta do Rio São Francisco, registrada por ocasião da passagem pelo rio do navegador Américo Vespúcio em 4 de outubro de 1501.

Pauta: projeto que visa dar maiores condições de segurança e fiscalização do voto eletrônico; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que aumenta de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados; entre outros.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados; mensagens em que o Executivo indica Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer a função de embaixador junto à República da Nigéria; Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer a função de embaixador chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; entre outros.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; entre outros.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 12 itens, incluindo ofício em que o procurador-geral da República encaminha ao Senado o relatório de gestão fiscal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2001; projeto que estende a isenção da CPMF (alíquota zero) nos lançamentos a débito nas contas correntes de depósito cujos titulares sejam: missões diplomáticas, repartição consular de carreira e representações de organismos internacionais no Brasil e seus funcionários estrangeiros que não tenham residência permanente no país e membros das famílias desses funcionários que com eles vivam; projeto de lei complementar que obriga a União a ressarcir todas as parcelas pertencentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) que foram retidas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF); entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – CPI de Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente do Flamengo Antonio Augusto Dunshee de Abranches. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: 5 projetos e, ainda, PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de rádio e televisão; além de requerimento do senador Moreira Mendes em que solicita audiência pública para debater o Programa de Interiorização e Educação a Distância das Instituições Públicas Federais da Amazônia Legal. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

14h – CPI do Roubo de Cargas

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: projeto que estabelece tarifas diferenciadas para estados por onde circula gás natural, em gasodutos; e requerimentos que solicitam a realização de audiências públicas. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: 8 itens, incluindo projetos que tratam da venda a granel de medicamentos; dos cuidados no trato com depósitos de rejeitos radioativos; da regulamentação da profissão de treinador de goleiros de futebol; das indicações que devem existir nas embalagens de produtos dietéticos e similares; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

9h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública sobre a “Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Quadrimestre”, conforme o disposto no art. 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães – Câmara dos Deputados*

10h – Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo

Pauta: audiência pública com a presença dos presidentes Celso Cipriani, da Transbrasil; Constantino de Oliveira, da Gol Transportes Aéreos; Daniel Mandelle Martin, da TAM; Ozires Silva, da Varig; Wagner Canhedo, da Vasp; e George Ermakoff, do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, com o objetivo de discutir a “Situação da Aviação Comercial Brasileira”. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 650/99, que institui cotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Convidados: presidentes da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, e da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura; professores Neumar Aguiar, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, e Cristovam Buarque, da Universidade de Brasília; ator Milton Gonçalves, da Rede Globo de Televisão; a secretária-executiva Dulce Maria Pereira, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); ministro Paulo Renato Souza, da Educação; reitora Ivete Sacramento, da Universidade do Estado da Bahia; e Mãe Sylvania de Oxalá, do Instituto Axé Ilê Obá (SP). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado debate redução de desequilíbrio regional

Deverão ser votadas na quarta-feira propostas de emendas constitucionais de iniciativa dos senadores Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade que aumentam recursos destinados às regiões mais pobres

O Senado vota nesta semana duas propostas de emendas à Constituição destinadas a reduzir os desequilíbrios regionais. São de autoria dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ademir Andrade (PSB-PA) que, se aprovadas, aumentarão recursos para as regiões mais pobres do país.

A semana começa com a comemoração amanhã, na hora do expediente, dos 500 anos de descoberta do Rio São Francisco, ocorrida em 4 de outubro de 1501, quando ele foi navegado por



Valadares quer tornar permanentes fundos de Desenvolvimento da Amazônia e Nordeste

Américo Vespúcio. A iniciativa da comemoração é da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Na quarta-feira deverão ser votadas em primeiro turno as duas emendas constitucionais. A de Antonio Carlos Valadares torna o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira. A proposta exige que a

lei fixe os valores anuais a serem colocados nesses fundos, os quais serão repassados na forma de

duodécimos mensais. E proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo federal a eles recorra na ocorrência de incertezas econômicas.

A proposta de emenda de Ademir Andrade, cuja discussão em primeiro turno também será concluída na quarta-feira, aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A emenda eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) componente dos fundos constitucionais.

O percentual resultante desse aumento integrará a parte relativa aos fundos de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que fica então aumentada de 3% para 4%. Além disso, a divisão dessa receita passa a ser estabelecida nos seguintes percentuais: 1% para o Norte, 1% para o Centro-Oeste e 2% para o Nordeste, permanecendo a garantia da destinação ao semi-árido de metade dos recursos desta última região.

Medidas combatem concentração de renda

Os senadores Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade justificam suas propostas destinadas a reduzir os desequilíbrios regionais como iniciativas capazes de combater a concentração de renda no Brasil. Eles consideram esse o grande desafio enfrentado pelo país. E afirmam



Para Ademir, PIB do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem sofrido grande redução

que, embora a Constituição revele a preocupação do constituinte com uma política voltada para a superação dos desequilíbrios, as estatísticas demonstram que a concentração de renda tem aumentado no país.

Na opinião de Valadares, a su-

peração dos problemas de desenvolvimento regional, principalmente do Norte e Nordeste, só acontecerá se for garantido um fluxo contínuo de recursos expressivos para investimentos nessas regiões. Ele diz que, desde meados da década de 70, a política de desenvolvi-

mento regional tem se resumido à concessão de incentivos fiscais.

Já Ademir Andrade disse que os fluxos dos fundos têm sido insuficientes para compensar a natural concentração causada pelo livre jogo das forças de mercado. Em sua opinião, o próprio Estado bra-

sileiro contribui para essa concentração de renda, visto que não cumpre os dispositivos constitucionais criados para reduzi-la.

Ademir afirmou que o PIB do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem sofrido severa redução. Ele explicou que, se em 1996 o PIB dessas três regiões representava 23,4% do PIB nacional, essa participação foi reduzida para 22,6% em 1998. Também observou que, nesse período, a taxa de crescimento do produto dessas três regiões foi de 11,02%, contra 12,24% da registrada pelo país.

O senador destacou que, quando se junta o Sul e o Sudeste, chega-se a 75,5% do PIB, enquanto somando-se o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, que têm 42,74% da população, chega-se apenas a 24,5% do PIB.

Jucá elogia o programa Telecomunidade

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o programa Telecomunidade, por meio do qual o Ministério das Comunicações, em parceria com outros órgãos governamentais, pretende instalar, em todo o país, milhares de computadores conectados à Internet.

O objetivo do programa é garantir o acesso da população carente a novas tecnologias digitais, acelerar o funcionamento do serviço público e facilitar a vida das pessoas.

Segundo Jucá, o programa divide-se em Telecomunidade Educação e Telecomunidade Saúde. Em relação ao primeiro, o senador afirmou que o governo federal pretende atender mais de 7 milhões de alunos em 13.200 escolas



federais, estaduais e municipais.

Os recursos para implementação do Telecomunidade Educação, disse Jucá, são oriundos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). No final de dois anos, o programa deverá ter viabilizado, a 60% das escolas com mais de 600 alunos, o acesso à Internet.

— Tudo o que está acontecendo agora na escola brasileira faz

parte do grande projeto nacional que visa fundamentalmente à modernização do Brasil e à sua elevação como país desenvolvido nos próximos quinze ou vinte anos — afirmou.

O senador destacou também o programa Telecomunidade Saúde, que beneficiará projetos como Saúde da Família, Centrais de Regulação e Informação em Saúde, Central de Transplantes de Órgãos e Cartão Nacional da Saúde. Os investimentos, ressaltou Jucá, vão permitir a implantação de acessos individuais e de serviços de redes digitais de informação totalmente conectados à Internet e com acesso público.



Foto da capital São Luís, tirada por satélite e disponível no site

Lobão anuncia "site" sobre zoneamento do Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou o lançamento, pelo governo maranhense, do *site* Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Maranhão. Segundo o senador, a iniciativa da governadora Roseana Sarney permite o detalhamento do mapa do estado com a atualização de dados e garantia de acesso contínuo, transparente e gratuito. Medidas como essa, na avaliação de Lobão, justificam o bom posicionamento de Roseana nas recentes pesquisas de opinião sobre a eleição presidencial em 2002.

Lobão afirmou que, de acordo com Evaristo Eduardo de Miranda, coordenador do ZEE, "o Maranhão é o primeiro estado brasileiro integralmente coberto por cartas-imagem, na escala 1:250.000". Com isso, relatou, as referências geográficas dos 333.366 quilômetros quadrados do estado deixam de se basear em desenhos ou interpretações cartográficas, e passam a utilizar

imagens reais, registradas por satélites.

O ZEE foi realizado em dez meses pela Embrapa Monitoramento por Satélite, de Campinas (SP), ao custo de R\$ 1,6 milhão, informou.

— Graças a programas desenvolvidos por pesquisadores da Embrapa, também é possível navegar pelas imagens de satélite de todo o estado, obtendo detalhes de até 60 metros — explicou.

A utilidade do sistema, acrescentou, pode ser avaliada a partir da comparação das imagens de satélite de 1984 e 2000. No período, verificou-se que, na análise da evolução agrícola, não há grande expansão para novas áreas. Mais de 77% do estado manteve o mesmo tipo de ocupação agrícola existente há 16 anos.

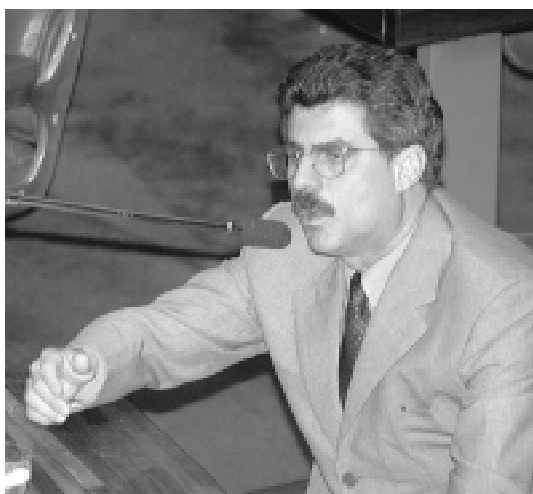
Para Lobão, esse é um sinal de que o aumento da produção agrícola no Maranhão não está diretamente ligado à expansão de fronteiras agrícolas. O endereço do *site* é www.zee.ma.gov.br.

CAS vota projeto que estabelece normas para depósito de rejeitos radioativos

Substitutivo da Câmara dos Deputados a proposta aprovada pelo Senado proíbe o uso, com esse objetivo, de ilhas oceânicas, da plataforma continental e das águas territoriais brasileiras

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia na quarta-feira, a partir das 9h, substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei de autoria do ex-senador Itamar Franco que normatiza a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), emitiu parecer pela prejudicialidade tanto do substitutivo quanto do projeto. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou voto em separado favorável ao substitutivo.

De acordo com o substitutivo, seriam permitidas a instalação e



Romero Jucá apresentou voto em separado favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados

a operação de depósitos iniciais, depósitos intermediários e depósitos finais para os rejeitos radioativos. O substitutivo ainda prevê que, em caso de acidentes ra-

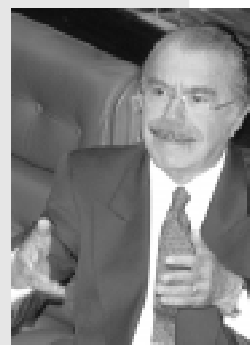
diológicos ou nucleares, poderiam ser construídos, excepcionalmente, depósitos provisórios, que seriam desativados após a transferência total dos rejeitos

para depósitos dos tipos intermediário ou final. Os critérios, procedimentos e normas seriam estabelecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A CNEN também ficaria responsável pela seleção dos locais destinados a depósitos, que seriam declarados de utilidade pública e desapropriados, ficando proibido o depósito de rejeitos de quaisquer natureza nas ilhas oceânicas, na plataforma continental e nas águas territoriais brasileiras. Além de arcar com os custos dessa seleção, a comissão poderia delegar o serviço de remoção e depósito a terceiros, mantida a responsabilidade integral da CNEN.

CCJ debate criação de cotas para negros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública quarta-feira, às 10h, para debater o projeto de lei que cria cotas para a população negra no acesso a



Sarney é autor do projeto que estará em debate na audiência

empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Estão convidados o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o presidente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins; o presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura; a secretária-executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Dulce Maria Pereira; a socióloga Neuma Aguiar; o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque; a reitora da Universidade da Bahia, Ivete Sacramento, e Mãe Sylvia de Oxalá, do Instituto Axé Ilê Obá.

A audiência pública foi solicitada pelos senadores Francélino Pereira (PFL-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM). O projeto a ser debatido é de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) e tem como relator o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A CCJ é presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

RELATOR FAVORÁVEL

Sebastião Rocha apresentou relatório favorável ao projeto, que tramita na CCJ em caráter terminativo.

— Trata-se de estabelecer ação afirmativa para a população negra, compreendida como instrumento para a reparação dos agravos de que é historicamente vítima no Brasil. Demonstração de que o país quer reparar essa injustiça racial e social, lutando para aprimorar os direitos humanos — explicou.

Para justificar a adoção de cotas para a população negra, Sarney argumenta com dados que os negros e pardos brasileiros têm renda e nível de escolaridade inferior ao do restante da população.

Sebastião Rocha quer sediar no Amapá estrutura para exploração de petróleo

As empresas British Petroleum e Esso Brasileira estão pesquisando a existência de gás na costa do Amapá. No entanto, afirma o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), toda a base para a prospecção está sediada no Pará. Inconformado com a possibilidade de seu estado perder grande fonte de arrecadação, o senador apresentou



Sebastião Rocha faz alerta sobre possível prejuízo ao Amapá

requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia questionando a localização exata do empreendimento, a previsão de início da exploração, o estágio atual das pesquisas, a localização da infra-estrutura e o potencial de produção e tipo de combustível a ser extraído.

— Há pesquisas em fase adiantada e informações de que gás em abundância já foi detectado. O que se busca é saber se a exploração do óleo disponível é economicamente viável. Se isso resultar em refinaria no futuro, que toda essa estrutura seja localizada no estado do Amapá. Faço um alerta, porque há indícios sérios de que pretendem utilizar como base o estado do Pará, e não vamos concordar com isso — afirmou.

Sebastião Rocha citou o caso da extração do caulim, cuja mina fica no Amapá, mas com a base para exploração instalada no município paraense de Monte Dourado. “Isso trouxe prejuízo econômico e problemas sociais graves, como o surgimento de uma comunidade de praticamente erguida sobre palafitas”, alertou.

Geraldo Cândido pede informações sobre vazamento na usina de Angra I

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia a respeito do vazamento ocorrido há quatro meses na usina nuclear de Angra I, que não foi divulgado pelas autoridades responsáveis. Cândido quer saber qual a real gravidade do incidente e quais as condições de operação e segurança das usinas nucleares de Angra I e II. Além disso, o senador considera importante saber que critérios nortearam a decisão de não informar a população sobre o vazamento.

— Em que momento os dirigentes da empresa consideram relevante informar a população de eventos de tal natureza? Tal decisão é baseada em critérios subjetivos ou objetivos? — pergunta o senador.

Outra preocupação de Cândido é com relação aos planos de evacuação da região próxima às usinas em caso de acidente com material radioativo. Ele também quer saber de que forma os funcionários da empresa — terceirizados ou não — têm se preparado para a eventualidade de um acidente e a que tipo de condições de trabalho eles vêm sendo submetidos.

SEGURO DE PLATAFORMA

Seis meses depois do acidente que levou a pique a maior plataforma de petróleo do



Geraldo Cândido questiona também recebimento de seguro da plataforma P-36

mundo — a P-36 da Petrobras —, ainda não se sabe se a empresa recebeu o valor do seguro das companhias norte-americanas Fidelity e American Home Assurance. Esse questionamento está sendo feito pelo senador Geraldo Cândido, por meio de requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, José Jorge. De acordo com o senador, há informações de que as seguradoras estariam se recusando a indenizar a Petrobras, sob a alegação de que a plataforma

teria problemas estruturais, fruto de construção mal gerenciada pela companhia.

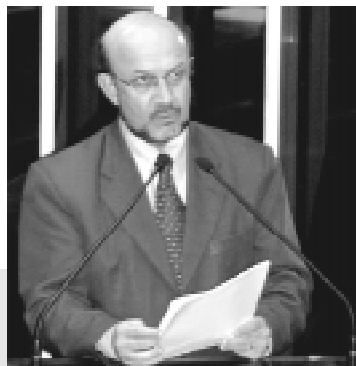
Geraldo Cândido citou reportagens publicadas pela imprensa nos últimos dias que levantam dúvidas sobre falhas na construção da P-36 que teriam sido preponderantes no acidente.

— Todas essas informações, dúvidas e questionamentos ficaram sem respostas concretas e convincentes durante os meses de avaliação das verdadeiras causas. Somam-se a esse quadro de indefinições recentes denúncias publicadas pela revista *Época*, que trazem dúvidas quanto ao direito ou não da Petrobras à indenização em razão do acidente com a P-36. Temos que averiguar, portanto, se também existem problemas com o seguro da P-36 — justifica o senador.

Comissão pode promover audiência sobre o aço

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar amanhã, a partir das 17h30, requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitando a convocação de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o tema "As Ameaças de Medidas Protecionistas Americanas ao Aço Brasileiro". Para isso, o senador propõe que sejam convidados os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sérgio Silva do Amaral; das Relações Exteriores, Celso Lafer; a presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Maria Silva Bastos Marques, e o presidente da Companhia de Siderurgia de Tubarão, José Armando Figueiredo Campos.

Outro requerimento a ser apreciado é de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e solicita a formulação de convite aos senadores membros das Comissões de Agricultura e de Relações Exteriores do Senado dos Estados Uni-



Realização de debate em reunião conjunta com a CAE foi proposta por Ricardo Santos

dos da América para que exponham, em audiência pública, a questão agrícola americana e para que conheçam a realidade agrícola brasileira, particularmente com referência à soja.

Com parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN), a CRE também apreciará projeto de lei do ex-senador Luiz Estevão que estabelece tarifas diferenciadas para o gás natural nos estados por onde passam gasodutos.

Projeto disciplina jornada de trabalho do estagiário

Projeto de lei apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) prevê que a jornada diária do estágio do estudante será de quatro horas, prorrogável, em caso de necessidade da instituição empregadora, por no máximo duas horas, e guardará, em qualquer



Conforme proposta de Sérgio Machado, estágio será de quatro horas

situação, compatibilidade com seu horário escolar. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Segundo o senador, o projeto, que tem como relator o senador Lindberg Cury (PFL-DF), pretende proibir a contratação para estágio com jornada diária de atividades superior a quatro horas, prática comum em instituições e empresas, onde os estagiários recebem bolsa-auxílio e exercem a função de um trabalhador normal, "muitas vezes trabalhando mais de oito horas".

— Para coibir tais abusos, o Ministério do Trabalho e Emprego, em 1987, definiu instituições para a fiscalização das normas conti-

das na Lei 6.494, de 1977, regulamentada por um decreto de 1982, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante ou escolas de educação especial — disse.

Na justificativa da proposta, Sérgio Machado lembra que o estágio é regulamentado por legislação específica e por isso não é emprego — logo, não cria vínculo trabalhista entre as partes. Por não ser empregado, acrescentou, o estagiário não tem férias, 13º salário ou aviso prévio em caso de rescisão contratual. Ainda de acordo com o senador, também não se aplicam obrigações como a contribuição sindical e verbas rescisórias.

— Decorre desse cenário que um estagiário custa muito menos ao empregador do que um empregado. Não é surpresa, portanto, que muitos empregadores contratem estagiários para desempenhar funções de funcionários, cumprindo jornada de trabalho integral — argumenta.

Antecipação de dívida da Polônia em exame na CAE

Comissão discute pedido do governo para negociar recebimento de US\$ 3,4 bilhões, com desconto, das chamadas "polonetas"

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado pode votar amanhã, a partir das 10h, um pedido do presidente da República para negociar o recebimento antecipado de US\$ 3,4 bilhões de crédito junto ao governo polonês, dívida conhecida por "polonetas".

A dívida já foi renegociada para pagamento a longo prazo, mas o ministro da Fazenda chegou à conclusão de que é mais vantajoso receber o pagamento agora, mesmo que haja um desconto de 50%, como prevê o contrato com os poloneses. O contrato permite ainda, se for de interesse do Brasil, negociar as "polonetas" com terceiros, situação em que o Brasil também teria de oferecer descontos.

Consta ainda da pauta da CAE projeto que cria um programa alternativo destinado a financiar famílias para a construção de casa



Suassuna é relator de projeto que cria Programa de Construção Associativa da Casa Própria

própria. Pela proposta, pessoas com renda de até 20 salários mínimos (R\$ 3.600) poderão formar condomínios para construção de casas ou apartamentos parcialmente financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Trata-se de um projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que cria o Programa de

Construção Associativa da Casa Própria, pelo qual grupos de quatro a 80 pessoas poderão ser constituídos a fim de obter financiamentos para construção de casa própria, em regime associativo. A proposta estabelece que o novo programa fará parte do SFH, que emprestará até 60% do dinheiro à associação. Os outros 40% devem sair do bolso dos associados.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou parecer favorável ao projeto, que será votado de forma terminativa, ou seja, não precisará passar pelo Plenário, exceto se houver requerimento com essa finalidade. A proposta estabelece algumas regras para obtenção do financiamento, sendo a primeira delas a propriedade do terreno, cujo valor poderá ser abatido do total de 40% que cada beneficiário deverá dispor.

Senado debate situação da aviação comercial

A situação da aviação comercial brasileira será discutida em audiência pública conjunta da Subcomissão de Turismo e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta quarta-feira, às 10h. Foram convidados para debater o assunto com os senado-

res os presidentes da Transbrasil, Celso Cipriani; da Gol Transportes Aéreos, Constantino de Oliveira; da TAM, Daniel Mandelle Martin; da Varig, Ozires Silva; da Vasp, Wagner Canhedo; e do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, George Ermakoff.

Proposta isenta veículo para transporte escolar gratuito

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos automotores para transporte de nove pessoas ou mais, incluindo o motorista, quando adquiridos por municípios e destinados ao transporte escolar.

O projeto também isenta do IPI as matérias-primas, os produtos intermediários e o material de embalagem utilizados na industrialização dos veículos. A matéria determina ainda a suspensão do crédito do imposto caso haja alienação do veículo antes de cinco anos contados da data de sua aquisição, ou ainda se o comprador não cumprir os critérios estabelecidos na lei.

Na justificativa do projeto, Luiz

Pontes afirma que a aquisição de veículos coletivos pelas prefeituras para transporte gratuito de estudantes não pode ser objeto de tributação. Na avaliação do senador, esse tipo de transporte é dever do poder público.

Ele lembra que a falta do transporte para estudantes, segundo dados do Ministério da Educação, é um dos principais motivos da evasão escolar. O péssimo estado de conservação dos poucos veículos existentes nos municípios mais carentes do país e a utilização de veículos inadequados para transporte de alunos, acrescenta, são importantes causas de acidentes fatais.

Luiz Pontes entende que os recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino para aquisição de veículos coletivos não têm satisfeito às ne-



Luiz Pontes: redução do preço final é incentivo para renovação da frota pelas prefeituras

cessidades da maioria dos municípios do país. Ele afirma que a redução do preço final do produto será um importante incentivo à aquisição de novos veículos e à substituição da frota inadequada ou em mau estado de conservação.

O senador observa ainda que 25% da receita do IPI, por determinação constitucional, compõem o Fundo de Participação dos Municípios, de forma que as próprias prefeituras arcariam com a parte da renúncia fiscal envolvida no projeto.

Educação Física pode tornar-se obrigatória

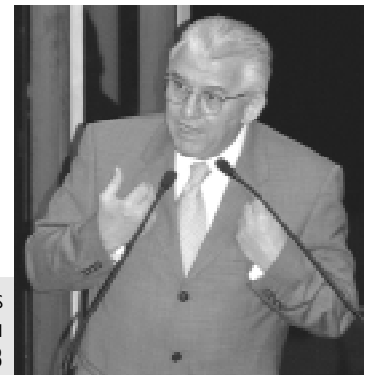
Mudança na Lei de Diretrizes e Bases é um dos 36 itens da pauta da Comissão de Educação, que inclui proposta de audiência pública sobre programa de ensino a distância nas instituições públicas federais da Amazônia Legal

Um parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), ao projeto que modifica o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar explícito que a disciplina Educação Física é componente curricular obrigatório da educação básica é um dos 36 itens da reunião da Comissão de Educação (CE) marcada para amanhã, às 11h30.

O projeto acrescenta o termo "obrigatório" ao texto do parágrafo 3º do artigo 26 da LDB. Na opinião de Moreira Mendes, ao legislar sobre o assunto, o parlamentar não tinha intenção de tornar a Educação Física disciplina de oferta optativa, como o texto atual dá a entender. "A fixação da obrigatoriedade empresta à Educação Física o mesmo *status* que têm disciplinas como a Matemática, a Língua Portuguesa, a História e a Geografia", analisou em seu parecer. Na reunião do dia 25 de setembro foi concedida vista coletiva da matéria.

A pauta inclui ainda a análise de requerimento de Moreira Mendes para que seja realizada audiência pública de debate sobre o Programa de Interiorização e Educação a Distância das instituições públicas federais da Amazônia Legal. Tam-

bém estão relacionados 29 projetos de autorização, renovação e outorga de permissão e de concessão de rádios comunitárias, FMs (frequência modulada), AMs (onda média) e radiodifusão de sons e imagens.



Moreira Mendes é favorável a alteração na LDB

Senador destaca o "Dicionário Houaiss"

O novo paradigma de conhecimento da Língua Portuguesa, que é falada por 220 milhões de pessoas em todo o mundo. Com essa definição, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou os méritos do novo *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, que acaba de chegar ao mercado. São 228.500 verbetes e 3.008 páginas, em um único volume, que pesa 3,8 quilos e teve de ser impresso na Itália, já que o país ainda não dispõe de empresa gráfica com essa capacidade técnica.



Lúcio Alcântara: "Dicionário foi concebido à imagem e semelhança de seu criador"

A quantidade de verbetes do *Houaiss* estabelece novo recorde entre os dicionários de Língua Portuguesa. São 68.500 a mais que o *Aurélio* e 28.500 a mais que o *Michaelis*, segundo o senador. Resultado de 13 anos de trabalho, que mobilizou equipe de 140 especialistas e consumiu R\$ 7 milhões, o *Houaiss* é um dicionário do tipo enciclopédico. Além de apresentar os verbetes, destaca o senador, a obra também discorre sobre a linhagem evolutiva das palavras e oferece informações sobre assuntos científicos, huma-

nísticos e artísticos, bem como sobre a vida de ilustres personagens das ciências e das artes.

— Mesmo não podendo ser comparado ao *Oxford English Dictionary*, com seus 615 mil verbetes, é, sem dúvida, uma obra que conseguiu chegar aonde outros dicionários de Português não conseguiram — observa o parlamentar. "Certamente Houaiss queria associar seu nome ao mais completo dicionário da língua portuguesa, a exemplo de outros dicio-

nários que atingiram essa singularidade, como o *Covarrubias*, na Espanha, o *Caldas Aulete*, em Portugal, o *Johnson* e o *Webster* nos países de língua inglesa, e o *Aurélio* no Brasil", destaca Lúcio Alcântara.

Como a maioria dos obras do gênero, acrescenta o senador, o "*Houaiss* foi concebido à imagem e semelhança de seu criador, um homem de imensa cultura, charme, inteligência, brilho e infindável curiosidade pelo mundo". Nascido no Rio de Janeiro, filho de imigrantes libaneses, Houaiss foi diplomata, gastrônomo, etimologista, crítico literário, enciclopedista, dicionarista e tradutor, tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras com 36 votos de um quórum total de 38.

— A erudição, somada ao conhecimento e à tenacidade, permitiu a Houaiss escrever um dicionário que representasse sua própria visão da língua portuguesa e que reunisse, igualmente, os vocábulos utilizados pelos grandes escritores e aqueles gerados pelo linguajar mais comum das pessoas no dia-a-dia — concluiu.

Alcântara propõe homenagem a Padre Cícero

O senador Lúcio Alcântara propôs homenagem a um dos maiores ícones religiosos do Nordeste apresentando projeto de lei que muda o nome da Barragem do Castanhão, situada no município cearense de Jaguaribara, para Barragem Padre Cícero. Em sua justificativa, Alcântara explicou que o fervor religioso levou o povo cearense a rogar por Padre Cícero nos períodos de estiagem prolongada. Ele definiu o religioso como "alguém que, sempre movido pela fé em Deus, soube movimentar-se entre os homens, auscultar-lhes os sentimentos e agir em benefício da coletividade".

— Não são poucas as razões que motivam a homenagem que se pretende prestar. Ademais, levar o nome de Padre Cícero à Barragem do Castanhão, obra que é resultado dos esforços conjuntos do governo federal e do governo do estado do Ceará, significa não apenas reverenciar sua memória, mas particularmente registrar perante a história o destacado papel desse brasileiro na luta por melhores condições de vida de seu povo — afirmou o senador.



Padre Cícero "soube agir em benefício da coletividade", segundo o senador

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Saúde/Unip* — Profissão Mateiro
6h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Unafisco, Paulo Gil, fala sobre a reforma tributária
7h30 — *Entrevista* — O sen. Amir Lando fala sobre a nova ordem mundial
8h — *CPI do Futebol* — Depoimento do vice-presidente de Finanças do Vasco, Mário Cupello (gravado)
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h — *Expresso Brasil*
12h30 — *Entrevista* — O sen. Amir Lando fala sobre a nova ordem mundial
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Unafisco, Paulo Gil, fala sobre a reforma tributária
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre o desenvolvimento da Amazônia
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e

novos projetos

19h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Unafisco, Paulo Gil, fala sobre a reforma tributária
20h30 — *Entrevista* — O embaixador da República Popular da China, Wan Yongxiang, fala sobre a data nacional da China Popular
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *Sessão Plenária* (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — *Sessão Plenária* do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Vozes do século 21*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Teca: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Freire propõe Conferência da Paz Mundial

Na pauta, segundo o senador, estariam a criação de tribunal para julgar terroristas e o estabelecimento de nova ordem econômica. Ele disse que o Brasil tem muito a ensinar, porque é “vocacionado para a integração e a paz”

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu na sexta-feira a convocação de uma Conferência da Paz Mundial com o objetivo de discutir o combate ao terrorismo. Na pauta dessa reunião, estariam a criação de um tribunal destinado a julgar os terroristas e o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial.

Para Freire, esse novo momento das relações internacionais deveria caracterizar-se pelo combate à atual política de restrições que os países desenvolvidos estabeleceram em relação às correntes migratórias. O senador sugeriu ainda a criação de um fundo de desenvolvimento para socorrer países em dificuldades, sobretudo no continente africano.

Freire entende que, na origem das novas redes de terror, não se pode esquecer o papel do belicismo, das cruzadas anticomunistas e antidemocráticas, do terrorismo de Estado e, em particular, da responsabilidade de governos norte-americanos por eles:

– A CIA treinou e armou o Talibã e grupos de Osama bin Laden con-

tra a ex-União Soviética, no Afeganistão. Os Estados Unidos armaram e apoiaram Sadam Hussein na guerra Irã-Iraque, que durou oito anos e matou um milhão de pessoas. Na América Latina, os Estados Unidos apoiaram regimes ditatoriais e terroristas no Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Nicarágua, Guatemala, Granada, Panamá, República Dominicana.

O senador destacou que o Brasil tem muito a aprender mas também muito a ensinar ao mundo, pois, observou, mesmo detendo índices sociais perversamente desiguais, a nação brasileira é vocacionada para a integração e a paz. Ele também ressaltou que o PCB e o PPS sempre se colocaram contra o terrorismo e defenderam a luta democrática como o caminho mais adequado para o aperfeiçoamento das sociedades.

– Desde o primeiro momento após os atentados do último dia 11 ao World Trade Center e ao Pentágono, não vacilamos em condenar, com toda a energia e indignação, essas bestiais agressões, em prestar



Freire: não se pode esquecer que na origem das novas redes de terror está o belicismo

nossa solidariedade ao povo e ao governo norte-americanos – e não só a eles, pois entre as vítimas diretas estão cidadãos de muitos povos e muitas nacionalidades, inclusive brasileiros – acrescentou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) atribuiu aquele atentado à “entropia do sistema”. Para ele, a tragédia humana contida no episódio foi substituída por uma queda de símbolos: “a bolsa caiu, os capitais estão desesperados, como se não houvesse vidas, famílias envolvidas”.

Simon defende reunião extraordinária da ONU

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou na sexta-feira que ainda há tempo para a Organização das Nações Unidas (ONU) convocar uma reunião extraordinária a fim de debater o terrorismo e encontrar propostas para garantir a paz no mundo. Ele entende que essa seria uma solução responsável, de respeito à comunidade internacional. Simon disse que não concorda com o bombardeio do Afeganistão, pois trata-se de um

país pobre, com crianças passando fome, de acordo com o que viu pela televisão.

– Essa é uma situação difícil. Precisamos prestar solidariedade ao povo americano. Mas não podemos deixar que as medidas de combate ao terrorismo levem a uma política de fanatismo. Os terroristas são pobres coitados que foram levados a cometer essas barbaridades – observou.

Simon recordou que, ao fazer

pronunciamento no Senado no final do ano 2000, sonhava com um milênio que começasse de maneira feliz. E lamentou ter que registrar que os acontecimentos continuavam negativos, “com mais esse absurdo cometido em Nova York”.

O senador louvou a realização, no último domingo, em Brasília, do VI Hallel, encontro da juventude da Igreja Católica que, na sua opinião, dá um sentido de ética, fé e oportunidades aos jovens.

Lindberg elogia caminhada no DF pela harmonia entre os povos

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) convidou na sexta-feira todos os parlamentares e funcionários das duas Casas do Congresso Nacional a participarem da Caminhada da Paz, que seria realizada ontem pela manhã, no Parque da Cidade, em Brasília.

Ele afirmou que os atos terroristas contra os Estados Unidos ainda incomodam todos aqueles que se preocupam com os rumos da Humanidade. “Tenho certeza de que é o caso unânime dos integrantes desta Casa”, disse.

Segundo Lindberg, a insanidade daqueles que perpetraram atos terroristas é repugnante, mas não pode ser encarada apenas como uma pendenga entre a superpotência mundial e grupos fundamentalistas que deturpam os princípios religiosos para dar vazão à sua sanha assassina.

– Diante de tanta insanidade, devemos saudar os esforços, em todas as partes do planeta, em busca da paz entre as nações, entre todos os povos, crenças e raças. É esse espírito de trabalhar pela



Lindberg destacou os esforços que se registram em todas as partes do planeta em busca da paz

paz que levou entidades da sociedade civil organizada de Brasília, partidos políticos e organizações não-governamentais a promover a Caminhada da Paz – concluiu.

Bezerra elogia trabalho da Confederação da Agricultura

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) registrou os 50 anos de fundação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão que, segundo afirmou, desempenha papel fundamental na organização e mobilização dos interesses do setor agrícola nacional, atendendo a grandes e pequenos lavradores na busca de soluções e modernização da atividade rural.

Carlos Bezerra salientou que a CNA, interlocutora indispensável da classe rural nas decisões que afetam o setor agropecuário, tem promovido debates com temas importantes para o setor, como política agrícola, política agrária, tributação, previdência social rural, legislação trabalhista rural e mercados interno e externo.

A instituição, informou o senador, abriga um acervo rico em publicações técnicas, promove pesquisas sobre assuntos pertinentes à agropecuária em geral e edita mensalmente o *Informativo Técnico da Revista Gleba e Indicadores*. Para levar informações do setor agropecuário ao Congresso Nacional, afirmou Carlos Bezerra, a confederação elabora os boletins *Agropecuária Agora* e *Informativo Parlamentar*.



CNA atende a grandes e pequenos agricultores, afirmou Carlos Bezerra

O senador ressaltou que a CNA atua em conselhos e comitês relacionados ao setor agrícola. Em organizações oficiais, disse, a confederação participa do Conselho de Contribuintes e do Conselho Nacional de Saúde, entre outros. A CNA atua ainda junto à Sociedade Rural Brasileira e ao Conselho Nacional do Café. Na esfera internacional, o órgão tem laços estreitos com entidades como o Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul.

– Os 50 anos ininterruptos de trabalho da Confederação Nacional da Agricultura em prol de um Brasil mais produtivo e desenvolvido merecem ser retribuídos com um sincero e exultante muito obrigado – disse.

Comissão ouve amanhã ex-presidente do Flamengo

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades em clubes e associações



brasileiras de futebol reúne-se amanhã, às 10h, sob a presidência do senador Álvaro Dias (PDT-PR). Na reunião, será tomado o depoimento do ex-presidente do Clube de Regatas do Flamengo Antonio Augusto Dunshee de Abranches.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), autor do requerimento de convocação e relator da CPI, disse esperar que Dunshee de Abranches esclareça a origem de uma conta bancária nas Ilhas Cayman em nome do Flamengo.



Relator Geraldo Althoff espera esclarecimentos sobre conta nas Ilhas Cayman em nome do clube

ches esclareça a origem de uma conta bancária nas Ilhas Cayman em nome do Flamengo.

Carlos Wilson quer cadeia para culpados por irregularidades em obras públicas

Requião propõe limite à emissão de título cambial

Senador lembra que interrupção dos projetos prejudica a população. “São hospitais, escolas, estradas que têm suas obras paralisadas, afetando milhões de pessoas que esperam por tais serviços”, afirma

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) defendeu, na sexta-feira, mudanças nas leis para que os responsáveis por irregularidades em obras públicas sejam punidos “com cadeia”, pois prejudicam diretamente as populações, uma vez que boa parte das obras investigadas é interrompida. “São hospitais, escolas, estradas que têm suas obras paralisadas, afetando milhões de pessoas que esperam por tais serviços”, disse.

Presidente, em 1995, de comissão especial do Senado que investigou obras paralisadas em todo o país, Carlos Wilson mostrou-se indignado com a recente descoberta, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de que 39% de 304 obras com investimentos federais fiscalizadas nos últimos meses apresentaram “graves irregularidades”.

A lista das 121 obras com “graves irregularidades” foi entregue na quarta-feira ao Congresso Nacional, e a Comissão Mista de Orçamento suspendeu imediatamente qualquer liberação de novas verbas para esses projetos. Carlos Wilson lamentou que os parlamentares nem sempre conseguem investigar os empresários que se beneficiam de irregularidades em obras públicas e lembrou que a “CPI dos corruptores”, proposta pelo senador Pedro Simon

(PMDB-RS), nunca foi instalada.

— Não bastasse isso, agora ainda levantam sérias acusações contra a CPI das Obras Inacabadas da Câmara dos Deputados. Espero que o presidente da Câmara vá até às últimas conseqüências na apuração dessas acusações e que haja severas punições, se comprovadas as acusações. O Congresso não aceita nenhuma tentativa de desmoralizar as CPIs, o seu instrumento de maior credibilidade — afirmou.

Carlos Wilson lamentou que acaba recaído no Congresso “o ônus da inoperância do Judiciário”, observando que a comissão que pre-

sidiu entregou à Justiça nomes de todos os responsáveis, mas não houve punições. “Infelizmente nem o Executivo deu a atenção necessária às nossas investigações”, declarou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA), que foi vice-presidente da comissão especial, apoiou Carlos Wilson e lembrou da indignação dos senadores quando visitavam as obras inacabadas.

— Ficávamos estarecidos. Até o presidente Fernando Henrique Cardoso ficou indignado quando recebeu o livro que fizemos sobre as investigações. É lamentável que nada tenha acontecido — disse.



Carlos Wilson diz que nomes de responsáveis foram entregues à Justiça, mas não houve punições

O senador Pedro Simon também apoiou Carlos Wilson, em aparte.

Lista apontou 2.214 projetos paralisados

A comissão especial de senadores que investigou os milhares de obras inacabadas em todo o país preparou um livro, com mais de mil páginas, no qual lista 2.214 obras paralisadas por falta de interesse político ou de dinheiro. No final, a comissão recomendou ao governo federal prioridade a 81 dessas obras, que estavam quase terminadas e precisariam de pouco dinheiro. O presidente da República comprometeu-se a observar a recomendação.

“Primeiro, ficamos perplexos.

Depois, vem a revolta.” A declaração do senador Carlos Wilson, que presidiu a comissão especial, apareceu nos telejornais de Campo Grande (MS) no dia 15 de setembro de 1995 e refletia o que os senadores sentiam vendo um hospital de 12 andares fechado e sem equipamentos, mas inaugurado mais de um ano antes. Era apenas uma das 80 obras inacabadas de Mato Grosso do Sul visitadas pela comissão.

Os senadores conheceram obras inacabadas em todos os estados — muitas delas abandonadas por pre-

feitos ou governadores apenas porque tinham sido iniciadas por adversário político.

O relatório final foi entregue não só ao presidente da República, mas também à Comissão Mista de Orçamento e ao Tribunal de Contas da União, ao qual caberia verificar se havia alguma irregularidade na paralisação das obras. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por recomendação dos parlamentares, deveria dar prioridade na alocação de verbas à conclusão das obras.

Simon lamenta que conclusões de CPIs não gerem punições

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou na sexta-feira que os resultados das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) não levem a punições. Para Simon, o Congresso faz a sua parte e, quando necessário, toma as providências que estão em sua alçada, mas o Ministério Público e a Justiça não dão prosseguimento às investigações e aos processos iniciados nas CPIs.

— Os relatórios finais das CPIs acabam na gaveta do procurador-geral. A imprensa também é culpada, pois faz belo trabalho na cobertura dos trabalhos da CPI, nas denúncias. Mas, a partir daí, não acompanha os resultados. Aí está o equívoco sério que precisamos analisar — afirmou Simon, defendendo a aprovação, pela Câmara, do projeto do Senado que determina que as conclu-



Simon pede aprovação do projeto que dá prioridade, no Ministério Público, às conclusões de CPIs

sões de CPIs terão tratamento prioritário no Ministério Público.

Em aparte, o senador Carlos Wilson corroborou a análise de Simon, recordando que a CPI do Judiciário levou o Senado a cassar um se-

nador e contribuiu para prender um juiz. Porém, continuou, até agora ninguém foi punido pela Justiça.

— Cumprimos a nossa obrigação. Cortamos a nossa própria carne, mas depois a imprensa não acompanha os resultados dos relatórios da CPI no Ministério Público. A Justiça precisa ser mais eficiente para dar andamento aos processos que saem das CPIs — declarou Carlos Wilson, reclamando a instalação da CPI dos Corruptores, requerida por Simon há cinco anos.

Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que, em vez de vulgarizar o instituto da CPI, é preciso valorizá-lo. Essa opinião foi rebatida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), para quem é preciso ampliar o poder dos congressistas de investigar e quebrar sigilos. “Pre-

cisamos vulgarizar as CPIs, sim!”, disse. Para Simon, só há proliferação de investigações por parlamentares por omissão de outros poderes.

Simon disse que uma das maneiras de diminuir a corrupção no Brasil é mudar a elaboração do orçamento para garantir que os recursos sejam bem aplicados. Em vez de os técnicos do governo dizerem em que projetos devem ser alocadas as verbas, o senador defende que a União deve apenas traçar linhas gerais dos investimentos, definindo o montante a ser gasto em cada área, em cada estado. A partir daí, seriam organizadas, nos estados, assembleias amplas, com vereadores, prefeitos, deputados estaduais e outras autoridades, para selecionar as obras. Assim, acredita ele, não haveria tantas obras inacabadas.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou que irá apresentar amanhã projeto de lei complementar limitando, nos próximos três anos, a emissão de títulos cambiais em 10% do montante da dívida pública brasileira. Ele observou que esse limite máximo irá colocar freio na especulação financeira, principalmente com relação ao dólar.

— O projeto tem por finalidade submeter também o Banco Central (BC) à Lei de Responsabilidade Fiscal — observou Requião, ao comentar que os pequenos leilões diários patrocinados pelo BC, “manipulados por bancos particulares”, vêm provocando aumento da especulação financeira.

No mesmo pronunciamento, Requião condenou os “irracionalistas e violentos” ataques terroristas aos Estados Unidos. Ele hipotecou solidariedade ao povo americano e enalteceu a prudência com que o presidente George W. Bush vem atuando.

O senador observou que a violência não se faz presente, no entanto, apenas em solo norte-americano. Ela está no dia-a-dia da população palestina, que há anos se encontra em estado beligerante com Israel, lembrou, e até em alguns países africanos que não têm condições de implantar programa sério de combate à Aids, porque os remédios são muito caros por estarem em mãos de grandes laboratórios farmacêuticos.

Em outra parte de seu pronunciamento, Requião condenou a campanha publicitária patrocinada pelo governo paranaense que, segundo afirmou, vem equiparando a “desordeiros e bandidos” as pessoas contrárias à venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). O senador também condenou a decisão da Rádio Clube Paranaense, que retirou do ar gravações em que ele criticava a venda da companhia de energia elétrica.



Requião pretende submeter BC à Lei de Responsabilidade Fiscal